



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SAFS - Quadra 6 - Lote 1 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF

AVISO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA ELETRÔNICA N. 90053/2024

PROCESSO:	STJ 18190/2024
OBJETO:	Aquisição de material elétrico - lâmpada
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	Menor Preço Por item
DIFERENCIAÇÃO E BENEFÍCIOS:	Participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R\$ 51.922,00 (cinquenta e um mil, novecentos e vinte e dois reais)
DATA DA SESSÃO:	08/11/2024
HORÁRIO DA FASE DE LANCES:	Das 08h até 12h
LOCAL:	Portal de Compras do Governo Federal
TELEFONE:	(61) 3319-9027
E-MAIL:	coli@stj.jus.br

SUMÁRIO

1	DO OBJETO
2	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
3	DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL
4	DO INÍCIO DA FASE COMPETITIVA
5	DA FASE DE JULGAMENTO
6	DA FASE DE HABILITAÇÃO
7	DA CONTRATAÇÃO
8	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
9	DO FATURAMENTO, DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO
10	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
ANEXO	
I	TERMO DE REFERÊNCIA
II	ESTIMATIVA DE PREÇOS

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N. 90053/2024

Processo STJ n. STJ 18190/2024

Torna-se público que o Superior Tribunal de Justiça, por meio da Coordenadoria de Licitação, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021 e demais legislação aplicável.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de Aquisição de material elétrico - lâmpada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos e de acordo com a tabela abaixo:

Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Quantidade	Local de entrega	Prazo de entrega

1	DRIVER PARA LUMINARIA LED, - Faixa de Potência 20W a 24W (ou faixa maior); - Tensão de Entrada: AC 100-245V (ou faixa maior); - Tensão Máxima de Saída: DC 92V ou menor; - Corrente constante de saída: 300mA +- 5%; - Frequência: 60Hz; - Plugue de saída: P4;	unidade	100	No horário das 9h às 18h, no endereço: Sede do STJ, situada no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Bloco F, Prédio da Administração, Subsolo - Seção de Almoxarifado, Brasília-DF, CEP 70095-900, podendo entrar em contato pelos telefones (61) 3319-7562 /7572. - No interesse da Administração e mediante solicitação formal da Seção de Almoxarifado junto à empresa contratada, os materiais poderão ser entregues na Seção de Almoxarifado - Anexo de Apoio ao STJ, situada no Setor de Garagens Oficiais Norte - SGON, quadra 4, lote 5 - Bairro Setores Complementares - DF, CEP 70610-640, em frente à TERRACAP -	Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA.
---	---	---------	-----	---	--

2	LUMINÁRIA CIRCULAR DE EMBUTIR, TIPO PAINEL LED, 12W DIÂMETRO EXTERNO APROXIMADO 17 CM, - Tecnologia LED; - Tipo "painel flat" circular; - Difusor em acrílico antiofuscante; - Moldura e corpo em alumínio com acabamento na cor branca; - Diâmetro externo entre 16,7 e 18cm e diâmetro do corte para instalação de no máximo 15,5 cm; - A diferença entre o diâmetro externo e o diâmetro do corte deve ser de no mínimo 1,2 cm; - Intensidade luminosa mínima de 700 lúmens e máxima de 1000 lúmens; - Temperatura de cor 4.000K (+ ou - 250K); - IRC mínimo: 75; - Ângulo de abertura do fecho maior ou igual a 100°; - Eficiência mínima de 75 lm/W, 220 volts/60Hz; - Vida útil mínima 25.000 horas @L70;	unidade	20	Garagens e Fiscalização, telefones para contato (61) 3319-7562/7536, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h.	
---	---	---------	----	---	--

3	LUMINÁRIA CIRCULAR DE EMBUTIR, TIPO PAINEL LED, 18W DIÂMETRO EXTERNO APROXIMADO 22 CM, - Tecnologia LED; - Tipo "painel flat" circular; - Difusor em acrílico antiofuscante; - Moldura e corpo em alumínio com acabamento na cor branca; - Diâmetro externo entre 21,7 e 23cm e diâmetro do corte para instalação de no máximo 20,5 cm; - A diferença entre o diâmetro externo e o diâmetro do corte deve ser de no mínimo 1,2 cm; - Intensidade luminosa mínima de 1400 lúmens e máxima de 1600 lúmens; - Temperatura de cor 4.000K (+ ou - 250K); - IRC mínimo: 75; - Ângulo de abertura do fecho maior ou igual a 100°; - Eficiência mínima de 75 lm/W, 220 volts/60Hz; - Vida útil mínima 25.000 horas @L70;	unidade	70		
4	LÂMPADA LED, FORMATO T8, COMPRIMENTO 600MM, BASE G13, - Lente translúcida para impedir	unidade	1200		

ofuscamento e a visualização direta do led; - Base G13; - Comprimento 600mm - Diâmetro máximo de 34mm; - Fluxo luminoso mínimo de 900lm; - Temperatura de cor 4.000K (tolerância de -200K a +500K); - Eficiência energética mínima de 100 lm/W; - Ângulo de abertura do fecho entre 120° e 200° (plano transversal); - Driver embutido; - Potência máxima 11W; - Tensão de funcionamento 127 a 220 volts- 60Hz; - Fator de potência mínimo 0,9; - Temperatura de Operação - 10°C a + 40°C; - Índice Geral de Reprodução de Cor (IRC) maior ou igual a 80; - Vida útil mínima - 25.000 horas a L70, conforme IES LM-80 ; - Quantidade mínima de ciclos (liga/desliga): 12.500 - Conexão elétrica para acionamento em uma das extremidades O tuboled deverá ter em seu corpo a marcação legível das				
--	--	--	--	--

	seguintes características: - Marca de origem; - Faixa de tensão de trabalho em Volts; - Potência nominal em Watts; - Frequência nominal em Hertz; - Fluxo luminoso em Lúmens; - Temperatura de cor em Kelvin;				
5	LÂMPADA LED DE ALTA POTÊNCIA, TIPO BULBO, 40 W - Potência nominal entre 40 e 45 Watts; - Base E27 ou E40; - Temperatura de cor entre 6000K e 6500K; - Fluxo luminoso mínimo de 3600 lúmens; - Potência máxima 45 watts; - Eficiência mínima: 90 lm/W; - Tensão de operação automática 127V a 220V (60Hz) ou faixa maior; - Vida útil mínima de 25.000 horas;	unidade	70		

6	LÂMPADA LED DE ALTA POTÊNCIA, TIPO BULBO, 60 W - Potência nominal entre 60W e 65W; - Base E27 ou E40; - Temperatura de cor entre 6000K e 6500K; - Fluxo luminoso mínimo de 5400 lúmens; - Potência máxima 65 watts; - Eficiência mínima: 90 lm/W; - Tensão de operação automática 127V a 220V (60Hz) ou faixa maior; - Vida útil mínima de 15.000 horas;	unidade	50
---	--	---------	----

7	LÂMPADA LED, FORMATO BULBO INCANDESCENTE, BASE E27, - Bulbo: A55 ou A60 - Base: E27 - Temperatura de cor: 4000K (branco neutro) - Fluxo luminoso mínimo: 800 lúmens - Eficiência luminosa mínima: 85 lúmens/watt - Potência máxima: 10 watts - IRC: 80 ou maior - Ângulo mínimo do fecho: 170º - Tensão de operação: 220v ou bivolt automática (60hz); - Vida útil mínima de 25.000 horas - Certificada pelo INMETRO	unidade	1760
---	--	---------	------

8	REFLETOR LED, 10 W, - Potência nominal 10 W; - Temperatura de cor 5000K; - Fluxo luminoso mínimo de 800 lúmens; - IRC 80 ou maior; - Ângulo mínimo do fecho 100°; - Fator de potência maior ou igual a 0,9; - Tensão de operação automática 127V a 220V (60Hz) ou faixa maior; - Vida útil mínima de 30.000 horas; - Grau de proteção IP65; - Grau contra impacto mecânico IK07; - Pintura na cor preta;	unidade	10
---	---	---------	----

9	REFLETOR LED, 30 W, - Potência nominal 30 W; - Temperatura de cor 5000K; - Fluxo luminoso mínimo de 2700 lúmens; - IRC 80 ou maior; - Ângulo mínimo do fecho 100°; - Fator de potência maior ou igual a 0,9; - Tensão de operação automática 127V a 220V (60Hz) ou faixa maior; - Vida útil mínima de 30.000 horas; - Grau de proteção IP65; - Grau contra impacto mecânico IK07; - Pintura na cor preta;	unidade	10
---	--	---------	----

10	SOQUETE PARA LÂMPADA INCANDESCENTE, BASE E-27, COM TERMINAIS DE LIGAÇÃO EMBUTIDOS., - sinônimos: receptáculo, soquete, bocal; - base cônica - tipo reforçado; - material: porcelana branca; - terminais de ligação embutidos; - base: E-27; - corrente/tensão nominal: 4A, 250V;	unidade	180		
----	---	---------	-----	--	--

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico do [Portal Nacional de Contratações Públicas](#).

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no [Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica](#), disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.3. Não poderão participar desta dispensa:

2.3.1. o agente público do Tribunal, que, por nomeação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, quando configurado o conflito de interesses no exercício do cargo, ou após esse, nos termos da Lei n. 12.813, de 16 de maio de 2013;

2.3.1.1. A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.3.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta, por exemplo:

2.3.2.1. as empresas impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do inciso III e § 4º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021;

2.3.2.2. as empresas declaradas inidôneas, nos termos do inciso III e §5º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021;

2.3.2.3. as empresas impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e do art. 49 do Decreto n. 10.024/2019;

2.3.2.4. as empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com o STJ, com fundamento no art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993.

2.3.3. autor do anteprojeto, do projeto básico/termo de referência ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.3.3.1. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem a alínea acima poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da contratação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.3.3.2. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.3.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.3.7. empresas reunidas em consórcio;

2.3.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, atuando nessa condição;

2.3.9. instituições sem fins lucrativos, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, exceto se o objeto desta contratação se inserir entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social.

2.3.9.1. Para a comprovar a exceção, o fornecedor deverá apresentar cópia do contrato de gestão e dos respectivos atos constitutivos.

2.3.10. pessoa física ou jurídica que, nos cinco anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.11. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.4. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

a. a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#), a [Lei n. 12.690, de 19 de julho de 2012](#), e a [Lei Complementar n. 130, de 17 de abril de 2009](#);

b. a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

c. qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

d. o objeto a ser contratado referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei n. 12.690, de 19 de julho de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

3 . DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a CONTRATADA.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na na execução do objeto.
- 3.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

- 3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.9. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores não poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;
- 3.10. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021:
- 3.10.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.10.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 3.10.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.10.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 3.10.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei n. 8.213/1991;

3.10.6. que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição.

3.11. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.11.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.11.2. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.12. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.13. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. DO INÍCIO DA FASE COMPETITIVA

4.1 A partir das 08h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo).
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. DA FASE DE JULGAMENTO

5.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, que será anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários, que deverão ser encaminhados no prazo de duas horas, a contar da solicitação do agente de contratação no sistema eletrônico, podendo esse prazo ser prorrogado, mediante solicitação escrita e justificada do fornecedor, formulada antes de findo o prazo estabelecido e formalmente aceita pelo agente.

5.3.1. Além da documentação supracitada, a proposta de preços a ser encaminhada deverá conter:

a. a planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora;

b. o prazo de validade da proposta que não será inferior a sessenta dias, a contar da data de sua apresentação.

b.1. No caso de os prazos de entrega, de garantia e/ou de validade serem omitidos na proposta, o agente de contratação entenderá como sendo iguais aos previstos no Termo de Referência, [ANEXO I](#) do Aviso de Dispensa Eletrônica.

c. a apresentação de catálogo, folheto técnico ou site do fabricante com a comprovação das características técnicas para os itens 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, para confirmação de atendimento aos requisitos estabelecidos no Capítulo 2 do Termo de Referência, [ANEXO I](#).

5.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.4.1. contiver vícios insanáveis;

5.4.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- 5.5.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.5.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.10. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

- 5.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.
- 5.12. O fornecedor pessoa física, ao ofertar seu lance, deve considerar o percentual de 20% do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social.
- 5.13. Com relação aos itens abaixo relacionados, para os quais se verificou, em nível nacional, descrição nas Fichas Técnicas de Enquadramento (FTE), conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n. 13, de 23/08/2021 e suas alterações, só será admitida a proposta de produtos cuja atividade de fabricação, comércio, importação, transporte, depósito ou serviço de qualquer natureza esteja regularmente registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981.
- 5.13.1. Itens: 1 (driver), 2 e 3 (luminária), 4, 5, 6 e 7 (lâmpada), 8 e 9 (refletor) e 10 (soquete) - Código 5-2 - FTE: Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática.
- 5.13.1.1. O agente da contratação solicitará ao fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação, o Certificado de Regularidade válido do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA n. 13, de 23/08/2021, e legislação correlata.
- 5.13.1.2. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o agente da contratação logre êxito em obtê-lo mediante consulta online ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo. Para que o agente da contratação possa realizar a consulta online do Certificado de Regularidade, o fornecedor deverá fornecer a razão social e o CNPJ de cada fabricante dos produtos da proposta, cuja atividade esteja enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n. 13, de 23/08/2021.

5.13.1.3. No caso de produtos fabricados no exterior e cuja atividade de importação não esteja descrita nas FTEs do IBAMA, não é exigível o registro no CTF/APP. Nessa hipótese, recomenda-se que o fornecedor indique essa condição na proposta para que seja verificada pela Assessoria de Gestão Sustentável.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao registro cadastral atualizado no Sicaf, que será confirmado por meio de consulta on-line ao sistema Comprasnet.

6.2. Será também verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União - CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://portaltransparencia.gov.br>) e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em atendimento ao disposto no Acórdão 1793/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

6.2.1. A consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, entre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2. A consulta ao Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, nos termos do art. 6º, III, da Lei n. 10.522/2002. A existência de registro no Cadin, quando da consulta prévia de que trata o art. 6º constitui fator impeditivo para a realização dos atos previstos no inciso III do *caput* do art. 6º, conforme art. 6º-A da Lei 10.522/2002.

6.3. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, desde que atualizados, compreendendo os seguintes registros:

6.3.1. Nos termos do art. 20 da IN SEGES/ME n. 67/2021 e art. 70 da Lei n. 14.133/2021, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal, compreendendo:

- a. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b. prova de regularidade do fornecedor perante a Fazenda Federal (incluindo as contribuições previdenciárias e relativas a terceiros);
- c. prova de regularidade do fornecedor perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- d. prova de regularidade do fornecedor referente a débitos trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT), instituída pela Lei n. 12.440/2011.

6.3.2. impedimentos diretos e indiretos;

6.3.3. sanções aplicadas pela administração pública, em especial as que acarretem a proibição de participação em licitações e celebração de contratos com o Poder Público.

6.4. O fornecedor deverá apresentar ainda Declaração de Composição Societária e de vedação ao Nepotismo e de conhecimento da Política de Sustentabilidade do STJ, conforme [ANEXO II](#) deste documento.

6.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e, se houver exigência, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa Seges/MP n. 3/2018.

6.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa Seges/MP n. 3/2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

6.5.2. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

6.5.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos fornecedores e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação ou de documentos não constantes do Sicaf, o STJ solicitará ao vencedor o envio desses por meio do sistema no prazo de até duas horas, podendo, a critério do agente de contratação, ser prorrogado por igual período.

6.7. Constatado o atendimento às exigências neste aviso, o fornecedor será habilitado.

6.8. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o STJ examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. A contratação de que trata este aviso será formalizada mediante Nota de Empenho a favor da empresa vencedora da licitação, observando-se todas as regras estabelecidas no ato convocatório, independentemente de transcrição, consoante o disposto no art. 95 da Lei n. 14.133/2021.

7.2.1. A contratada poderá contestar, em até dois dias úteis após o recebimento da Nota de Empenho, a descrição do objeto, o prazo de entrega e/ou os valores unitário e total constantes da Nota de Empenho que estejam diferentes do Termo de Referência e da proposta de preços aceita pelo STJ.

7.2.1.1. Configurada a divergência dos dados, caberá ao STJ promover a correção da Nota de Empenho e reenviá-la à contratada, demarcando-se a data do seu recebimento para início da contagem do prazo de entrega.

7.2.1.2. Ultrapassado o prazo descrito no item [7.2.1](#), com ou sem contestação, as condições estabelecidas da Nota de Empenho serão entendidas como compromisso aceito e assumido pela contratada.

7.3. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei n. 14.133, de 2021;

- 7.4.2. a CONTRATADA se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 7.4.3. a CONTRATADA reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei n. 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 7.5. O prazo de vigência da contratação é de 3 (três) meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.
- 7.6. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 7.7. Na hipótese de o vencedor da dispensa eletrônica não comprovar as condições de habilitação consignadas no aviso ou se recusar a assinar o contrato, outro fornecedor poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação e a formação do cadastro reserva, se for o caso, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou aceitar a nota de empenho, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste aviso.
- 7.8. A existência de registro no Cadin, quando da consulta prévia de que trata o art. 6º constitui fator impeditivo para a realização dos atos previstos no inciso III do *caput* do art. 6º, conforme art. 6º-A da Lei 10.522/2002.
- 7.9. O STJ verificará a regularidade fiscal do contratado e consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) sendo emitidas as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas, que serão juntadas no respectivo processo.
- 7.10. A CONTRATADA poderá solicitar alteração do CNPJ do estabelecimento responsável pela execução do objeto da contratação e da respectiva cobrança de pagamento (matriz ou filial) mediante prévia justificativa documental reconhecida pela Administração.

7.10.1. Na hipótese do acima, os valores ajustados no contrato poderão ser revisados para corrigir eventual repercussão fiscal e tributária que proporcione ganho ou compensação a favor da CONTRATADA.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Os fornecedores serão responsabilizados nos termos da Lei n. 14.133/2021, pelas seguintes infrações administrativas:

- a. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b. dar causa à inexecução total do contrato;
- c. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;
- d. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - d.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - d.2. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do aviso.
 - d.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d.4. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
- e. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

g. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

h. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

i. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

i.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

i.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

i.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

i.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

i.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

8.1.1. As infrações descritas na alínea [c](#) e [d](#) podem ser relevadas em decorrência de fato devidamente justificado.

8.2. Serão aplicadas ao fornecedor que incorrer nas infrações descritas no item [8.1](#) as seguintes sanções:

a. advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, caso não se justifique a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021;

- a.1. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais, ou formais que não impactem objetivamente a execução do contrato e não causem prejuízos à administração.
- b. multa de 5% do valor estimado para a contratação para as infrações previstas nas alíneas [c](#), [d](#), [e](#) e [f](#) do [8.1](#).
- c. multa moratória por atraso na execução do objeto contratado prevista no Termo de Referência, [ANEXO I](#) deste aviso;
- c.1. A sanção, o índice e a base de cálculo da multa serão aplicados nos atrasos injustificados dos serviços de assistência técnica, no período de garantia, e da substituição do produto defeituoso dentro do período de validade/garantia, caso previstos neste aviso.
- c.2. Na hipótese de o limite máximo de atraso, previsto na alínea acima ser atingido, o gestor manifestar o interesse na contratação.
- c.3. O atraso superior a trinta dias autoriza o CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.
- d. multa compensatória no caso de inexecução parcial do objeto, caso haja interesse do CONTRATANTE na continuidade da execução do contrato, conforme percentual e base de cálculo constantes do Termo de Referência, [ANEXO I](#) deste aviso.
- e. multa compensatória sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto, conforme percentual estabelecido no Termo de Referência, [ANEXO I](#) deste aviso, caso não haja interesse do CONTRATANTE na continuidade da execução do contrato em razão de descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das condições avençadas, o que ensejará a extinção da contratação, conforme dispõe o inciso I do art. 138 da Lei n. 14.133, de 2021;

f. impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de três anos, observada a dosimetria fixada no art. 10 da [Instrução Normativa STJ/GDG n. 10 de abril de 2023](#), quando praticadas as condutas descritas nas alíneas [a](#), [b](#), [c](#), [d](#), [e](#) e [f](#) do [8.1](#), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito União, pelo prazo máximo de dois anos;

g. declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas [g](#), [h](#), e [i](#) do item [8.1](#), bem como nas alíneas [a](#), [b](#), [e](#) e [f](#) do [8.1](#) que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, descrita na alínea [e](#) do item [8.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do STJ, caso exigida.

8.4. A Administração pode, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor presumido da multa, concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo sancionatório, no qual será assegurado à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

8.4.1. O valor de multa retido cautelarmente será liberado à CONTRATADA no prazo máximo de dez dias úteis, após o provimento do recurso ou da reconsideração da decisão que aplicou a penalidade.

8.5. Os valores das multas aplicadas, observada a seguinte ordem, serão:

- I. descontado dos pagamentos devidos pela Administração;
- II. pago por meio de guia de recolhimento da União - GRU;
- III. descontado do valor da garantia prestada, se for o caso;
- IV. cobrado judicialmente.

- 8.5.1. Quando a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.
- 8.5.2. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste contrato.
- 8.6. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/21.
- 8.7. Todas as sanções previstas neste aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.8. A aplicação das sanções previstas neste aviso não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE
- 8.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou será cobrada judicialmente.
- 8.9.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.9.2. Os débitos da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo Tribunal decorrentes deste contrato ou de outros firmados com a CONTRATADA, conforme o parágrafo único do art. 161 da Lei n. 14.133/2021, e na forma do art. 8º da Instrução Normativa Seges/ME n. 26/2022.

8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se a [Instrução Normativa STJ/GDG n. 10 de abril de 2023](#) e o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- b. os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da vedação ao bis in idem;
- c. as causas excludentes de culpabilidade;
- d. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- e. as peculiaridades do caso concreto;
- f. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- g. os danos que dela provierem para o Tribunal;
- h. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle e as diretrizes da Resolução CNJ n. 410, de 23 de agosto de 2021;
- i. o custo e benefício da instrução do processo em relação à sanção a ser aplicada.

8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da administração pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.13. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.14. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo quinze dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9. DO FATURAMENTO, DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

9.1. Para efeitos de faturamento, liquidação e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar documento de cobrança com nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

9.1.1. Os documentos de cobrança deverão ser encaminhados pela CONTRATADA mediante peticionamento eletrônico, conforme [Instrução Normativa STJ/GDG n. 17 de 14 de junho de 2024](#).

9.2. Caberá ao servidor do CONTRATANTE, responsável pela fiscalização do presente ajuste, atestar os documentos de cobrança e encaminhá-los para pagamento.

9.3. O pagamento será efetuado somente após a atestação da nota fiscal, que deverá ocorrer no prazo de até cinco dias úteis a contar:

a. da apresentação da nota fiscal, no caso de pagamento parcelado ou em etapas;

b. do recebimento definitivo, nos demais casos.

9.4. Deverão ser observados os seguintes prazos quanto ao faturamento, liquidação e pagamento:

9.4.1. dez dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do atesto da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração e apresentação de toda a documentação exigida para liquidação;

9.4.2. dez dias úteis para pagamento, após liquidação, e a contar do recebimento dos autos na seção responsável pela emissão dos documentos de pagamento no SIAFI.

9.5. Por ocasião do pagamento, a Administração verificará as Certidões Negativas de Débito da Receita Federal, de Regularidade do FGTS e a Negativa Trabalhista e a existência de ocorrências impeditivas diretas no SIAFI, todos estes itens relacionados à manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação.

9.5.1. A eventual perda das condições de que o item acima não enseja, por si, retenção de pagamento pela Administração.

9.5.2. Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, os autos serão restituídos à área gestora que notificará a CONTRATADA para que regularize a sua situação.

9.5.3. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.5.4. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n. 14.133/2021.

- 9.6. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos neste aviso de contratação direta.
- 9.7. Não serão aceitos documentos fiscais com signatário distinto do indicado pelo adjudicatário para formalização da contratação, salvo condição previamente reconhecida pela Administração.
- 9.8. Os prazos de que trata o item [9.4](#) serão reduzidos à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 9.9. Os prazos de que tratam os itens [9.4.1](#) e [9.8](#) serão automaticamente prorrogados, justificadamente, por meio de despacho nos autos e remessa à área gestora, e voltarão a correr quando forem sanadas eventuais diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais e, assim, o processo for devolvido à área de liquidação e/ou pagamento.
- 9.10. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de que trata os itens [9.4.1](#) e [9.8](#).
- 9.11. O inadimplemento do pagamento na data aprazada, conforme disposto no item [9.4](#), desde que motivado pelo CONTRATANTE, acarretará a atualização monetária do valor devido, calculada *pro rata tempore*, até a data do efetivo pagamento, com base no último percentual divulgado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.
- 9.12. Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste ajuste ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a CONTRATADA deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança.
- 9.13. Ocorrendo a hipótese prevista no item [9.12](#), o prazo para o pagamento do novo documento de cobrança obedecerá a regra estabelecida no item [9.4](#) os valores pagos serão os vigentes na data da efetiva entrega do objeto da contratação.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 O procedimento será divulgado no sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça no e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

10.2. No caso do procedimento restar fracassado, o STJ poderá:

10.2.1. republicar o procedimento;

10.2.2. fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

10.2.3. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.3. As providências dos subitens [10.2.1](#) e [10.2.3](#) acima poderão ser utilizadas nas hipóteses de o procedimento restar deserto.

10.4. Na ocorrência do item [10.2.2](#), o agente de contratação convocará os fornecedores manualmente e via *chat* a fim de apresentar os novos documentos, tendo em vista que o sistema ainda não permite o cancelamento da desclassificação. Os documentos deverão ser encaminhados para o e-mail coli@stj.jus.br.

10.5. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

- 10.6. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 10.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 10.8. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 10.9. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.10. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 10.11. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 10.12. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos, demais peças que compõem o processo e as especificações constantes no compras.gov.br prevalecerá as deste Aviso.
- 10.13. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.14 Os dados pessoais tornados públicos por este aviso deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução do objeto licitado.

10.15. O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao mínimo necessário para a execução do objeto, sendo observados:

10.15.1. a compatibilidade com a finalidade especificada;

10.15.2. o interesse público;

10.15.3. a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta;

10.16. Os dados devem ser eliminados, quando não autorizada sua conservação, nos termos do art. 16 da LGPD, após o término de seu tratamento nas hipóteses previstas no art. 15 da referida lei.

10.17. As questões decorrentes deste aviso serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal.

Rui Moreira de Oliveira
Secretário de Administração

ANEXO I DO AVISO DE DISPENSA - TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência - 0117/2024 - v.6 - Lei 14133/2021

1. OBJETO

1.1. Aquisição de material elétrico - lâmpada.

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O objeto desta contratação se enquadra como sendo bem de qualidade comum e de consumo, uma vez que estão presentes as características estabelecidas nos incisos II e III do § 1º art. 22 da Instrução Normativa STJ/GDG n. 4/2023.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. A especificação abaixo visa oferecer a descrição completa e adequada das características e quantitativos do objeto:

Item	Código	Especificação do objeto	Unidade	Quantidade
------	--------	-------------------------	---------	------------

1	18406	DRIVER PARA LUMINARIA LED - Faixa de Potência 20W a 24W (ou faixa maior); - Tensão de Entrada: AC 100-245V (ou faixa maior); - Tensão Máxima de Saída: DC 92V ou menor; - Corrente constante de saída: 300mA +- 5% - Frequência: 60Hz - Plugue de saída: P4 - obs: comprovar características técnicas através de catálogo, folheto técnico ou site do fabricante.	Unidade	100
2	19461	LUMINÁRIA CIRCULAR DE EMBUTIR, TIPO PAINEL LED, 12W DIÂMETRO EXTERNO APROXIMADO 17 CM - Tecnologia LED; - Tipo "painel flat" circular; - Difusor em acrílico antiofuscante; - Moldura e corpo em alumínio com acabamento na cor branca; - Diâmetro externo entre 16,7 e 18cm e diâmetro do corte para instalação de no máximo 15,5 cm; - A diferença entre o diâmetro externo e o diâmetro do corte deve ser de no mínimo 1,2 cm; - Intensidade luminosa mínima de 700 lúmens e máxima de 1000 lúmens; - Temperatura de cor 4.000K (+ ou - 250K); - IRC mínimo: 75; - Ângulo de abertura do fecho maior ou igual a 100°; - Eficiência mínima de 75 lm/W, 220 volts/60Hz; - Vida útil mínima 25.000 horas @L70; - Garantia: mínima de 02 anos. - obs: comprovar características técnicas através de catálogo, folheto técnico ou site do fabricante. exemplo 1: Marca Ledvance, modelo: Paineled Embutir 12W 4000K Bivolt Redondo 7014191.	Unidade	20

3	19462	LUMINÁRIA CIRCULAR DE EMBUTIR, TIPO PAINEL LED,18W DIÂMETRO EXTERNO APROXIMADO 22 CM - Tecnologia LED; - Tipo "painel flat" circular; - Difusor em acrílico antiofuscante; - Moldura e corpo em alumínio com acabamento na cor branca; - Diâmetro externo entre 21,7 e 23cm e diâmetro do corte para instalação de no máximo 20,5 cm; - A diferença entre o diâmetro externo e o diâmetro do corte deve ser de no mínimo 1,2 cm; - Intensidade luminosa mínima de 1400 lúmens e máxima de 1600 lúmens; - Temperatura de cor 4.000K (+ ou - 250K); - IRC mínimo: 75; - Ângulo de abertura do fecho maior ou igual a 100°; - Eficiência mínima de 75 lm/W, 220 volts/60Hz; - Vida útil mínima 25.000 horas @L70; - Garantia: mínima de 02 anos. - obs: comprovar características técnicas através de catálogo, folheto técnico ou site do fabricante. - exemplo 1: Marca Ledvance, modelo: Painel Led Embutir Redondo 18W 4000K 22,5Cm 7014197	Unidade	70
---	-------	---	---------	----

4	17607	LÂMPADA LED, FORMATO T8, COMPRIMENTO 600MM , BASE G13 Lente translúcida para impedir ofuscamento e a visualização direta do led; - Base G13; - Comprimento 600mm - Diâmetro máximo de 34mm; - Fluxo luminoso mínimo de 900lm; - Temperatura de cor 4.000K (tolerância de -200K a +500K); - Eficiência energética mínima de 100 lm/W; - Ângulo de abertura do fecho entre 120° e 200° (plano transversal); - Driver embutido; - Potência máxima 11W; - Tensão de funcionamento 127 a 220 volts- 60Hz; - Fator de potência mínimo 0,9; - Temperatura de Operação -10°C a + 40°C; - Índice Geral de Reprodução de Cor (IRC) maior ou igual a 80; - Vida útil mínima - 25.000 horas a L70, conforme IES LM-80 ; - Quantidade mínima de ciclos (liga/desliga): 12.500 - Conexão elétrica para acionamento em uma das extremidades - Garantia: mínima de 03 anos O tuboled deverá ter em seu corpo a marcação legível das seguintes características: - Marca de origem; - Faixa de tensão de trabalho em Volts; - Potência nominal em Watts; - Frequência nominal em Hertz; - Fluxo luminoso em Lúmens; - Temperatura de cor em Kelvin; - exemplo 1: fabricante Intral, modelo BL-168HF 9W - exemplo 2: fabricante Osram, modelo LED Superstar Tubo T8 9W - exemplo 3: fabricante Philips CorePro LEDtube 600mm 9W 840 T8 C W G	Unidade	1.200
---	-------	---	---------	-------

5	19584	LÂMPADA LED DE ALTA POTÊNCIA, TIPO BULBO, 40 W - Potência nominal entre 40 e 45 Watts - Base E27 ou E40 - Temperatura de cor entre 6000K e 6500K - Fluxo luminoso mínimo de 3600 lúmens - Potência máxima 45 watts - Eficiência mínima: 90 lm/W - Tensão de operação automática 127V a 220V (60Hz) ou faixa maior; - Vida útil mínima de 25.000 horas - Garantia: mínimo 02 anos - exemplo 1: Marca LEDVANCE, modelo LED ALTA POTENCIA 40W 6500K 4000lm BIV E27, LVCLAHO 40W/865 ou similar - obs: comprovar características técnicas através de catálogo, folheto técnico ou site do fabricante.	Unidade	70
6	19585	LÂMPADA LED DE ALTA POTÊNCIA, TIPO BULBO, 60 W - Potência nominal entre 60W e 65W - Base E27 ou E40 - Temperatura de cor entre 6000K e 6500K - Fluxo luminoso mínimo de 5400 lúmens - Potência máxima 65 watts - Eficiência mínima: 90 lm/W - Tensão de operação automática 127V a 220V (60Hz) ou faixa maior; - Vida útil mínima de 15.000 horas - Garantia: mínimo 01 ano - exemplo 1: Marca LEDVANCE, modelo LED ALTA POTENCIA 60W 6500K 6000lm BIV E40, LED HW VALUE 60 ou similar - obs: comprovar características técnicas através de catálogo, folheto técnico ou site do fabricante.	Unidade	50

7	17609	LÂMPADA LED, FORMATO BULBO INCANDESCENTE, BASE E27 - Bulbo: A55 ou A60 - Base: E27 - Temperatura de cor: 4000K (branco neutro) - Fluxo luminoso mínimo: 800 lúmens - Eficiência luminosa mínima: 85 lúmens/watt - Potência máxima: 10 watts - IRC: 80 ou maior - Ângulo mínimo do fecho: 170° - Tensão de operação: 220v ou bivolt automática (60hz); - Vida útil mínima de 25.000 horas - Certificada pelo INMETRO - Garantia mínima: 03 anos - Obs1: Não será aceita lâmpada com temperatura de cor fora da faixa especificada - Obs2: Dados técnicos deverão ser comprovados por catálogo ou site do fabricante - exemplo 1: Marca Intral/Aledis , Lâmpada LED Bulbo, modelo BULBO-A60 (códigos 03642G6 ou 03997G6 ou 03642), ou similar - exemplo 2: Marca Philips, Lâmpada LED Bulbo, modelo Standard LEDBulb 9W E27 4000K W 1PF/40 BR, (código 929002037912), ou similar - exemplo 3: Marca Ledvance, Lâmpada LED Bulbo, modelo LED CLASSIC (BULBO) LED CLA60 9W/84 100-240V.	Unidade	1.760
8	19581	REFLETOR LED, 10 W - Potência nominal 10 W - Temperatura de cor 5000K - Fluxo luminoso mínimo de 800 lúmens - IRC 80 ou maior - Ângulo mínimo do fecho 100° - Fator de potência maior ou igual a 0,9 - Tensão de operação automática 127V a 220V (60Hz) ou faixa maior; - Vida útil mínima de 30.000 horas - Grau de proteção IP65 - Grau contra impacto mecânico IK07 - Pintura na cor preta - Garantia: mínimo 02 anos - exemplo 1: LEDVANCE Floodlight 10W/850 ou similar - obs: comprovar características técnicas através de catálogo, folheto técnico ou site do fabricante.	Unidade	10

9	19582	REFLETOR LED, 30 W - Potência nominal 30 W - Temperatura de cor 5000K - Fluxo luminoso mínimo de 2700 lúmens - IRC 80 ou maior - Ângulo mínimo do fecho 100° - Fator de potência maior ou igual a 0,9 - Tensão de operação automática 127V a 220V (60Hz) ou faixa maior; - Vida útil mínima de 30.000 horas - Grau de proteção IP65 - Grau contra impacto mecânico IK07 - Pintura na cor preta - Garantia: mínimo 02 anos - exemplo 1: LEDVANCE Floodlight 30W/850 ou similar - obs: comprovar características técnicas através de catálogo, folheto técnico ou site do fabricante.	Unidade	10
10	2263	SOQUETE PARA LÂMPADA INCANDESCENTE, BASE E-27, COM TERMINAIS DE LIGAÇÃO EMBUTIDOS. - sinônimos: receptáculo, soquete, bocal - base cônica - tipo reforçado - material: porcelana branca - terminais de ligação embutidos - base: E-27 - corrente/tensão nominal: 4A, 250V - obedecer à norma ABNT NBR 8346/2012. - exemplo 1: fabricante Lorenzetti, Soquete E-27, modelo Corpo Cônico 4A 1464D ou 1451-N ou 1451-FP, ou similar - exemplo 2: fabricante Morumbi, Soquete E-27, modelo 1464D, ou similar - exemplo 3: fabricante GI Eletro, Soquete E-27, modelo 1464D, ou similar - exemplo 4: fabricante InterNEED, soquete de porcelana RCI para plafon borne simples, códigos 013167 ou 002482 - exemplo 5: fabricante Foxlux, Bocal de Porc. p/ uso em Plafonier c/ Base E-27, modelo FX-09, código 40.09, ou similar. - obs: comprovar características técnicas através de catálogo, folheto técnico ou site do fabricante.	Unidade	180

Fonte: Pedido de Material 1533/2024

3. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. DA CONTRATAÇÃO

3.1.1. O prazo de vigência da contratação é de 3 (três) meses, a contar da data de recebimento da nota de empenho.

3.1.1.1. Se houver interesse da administração, o prazo de vigência será prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste documento.

3.1.1.1.1. Quando a não conclusão decorrer de culpa da contratada, além das sanções previstas, a Administração poderá optar pela extinção da contratação e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

4. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO

4.1. O resultado a ser alcançado com a presente aquisição é o ressuprimento do estoque do Almoxarifado, visando o atendimento aos pedidos de material realizados pela Seção de Eletroeletrônica (SELET) para manutenção preventiva e corretiva das instalações do STJ.

4.2. A contratação está prevista no código SAD2024-017.000 do PCAQ/2024 e formalizada no Documento de Formalização de Demanda ([4140818](#)).

4.3. As informações contidas no presente termo de referência deverão ser públicas, estando disponíveis para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

5. METODOLOGIA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

5.1.As quantidades foram aferidas de acordo com o consumo do Tribunal apurado no período compreendido entre os meses de abril/2023 e março/2024, conforme relatório do Sistema Administra ([4140828](#)) e indicações da unidade demandante - Seção de Eletroeletrônica ([4140822](#) e [4140825](#)).

5.2.O cálculo considerou o tempo de 12 (doze) meses previstos para conclusão do procedimento licitatório, o tempo de 12 (doze) meses previstos para consumo e o saldo atual dos estoques.

5.2.1.Foi considerado ainda o quantitativo destinado à formação de reserva de contingência, correspondente ao consumo médio mensal de 2 (dois) meses.

6.REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1.1.A descrição da solução como um todo e a análise sobre o ciclo de vida do objeto estão descritas na Nota Técnica da AGS ([4162293](#)), cujas recomendações foram atendidas neste documento.

6.2.A CONTRATADA deverá adotar as normas federais, estaduais e distritais quanto aos critérios de preservação ambiental, sem prejuízo das orientações do Superior Tribunal de Justiça que versem sobre a matéria, especialmente as preconizadas pela Instrução Normativa STJ/GDG n. 4 de 16 de janeiro de 2024.

6.3.Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem que utilize materiais reciclados ou recicláveis, com o menor volume possível, porém com garantia de proteção durante o transporte e o armazenamento, conforme IN SLTI/MPOG n. 1/2010.

6.4.Com relação aos itens abaixo relacionados, para os quais se verificou, em nível nacional, descrição nas Fichas Técnicas de Enquadramento (FTE), conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n. 13, de 23/08/2021 e suas alterações, só será admitida a proposta de produtos cuja atividade de fabricação, comércio, importação, transporte, depósito ou serviço de qualquer natureza esteja regularmente registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981.

6.4.1.Itens: 1 (driver), 2 e 3 (luminária), 4, 5, 6 e 7 (lâmpada), 8 e 9 (refletor) e 10 (soquete) - Código 5-2 - FTE: Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática.

6.4.1.1.O agente da contratação solicitará ao fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação, o Certificado de Regularidade válido do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA n. 13, de 23/08/2021, e legislação correlata.

6.4.1.2.A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o agente da contratação logre êxito em obtê-lo mediante consulta online ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo. Para que o agente da contratação possa realizar a consulta online do Certificado de Regularidade, o fornecedor deverá fornecer a razão social e o CNPJ de cada fabricante dos produtos da proposta, cuja atividade esteja enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n. 13, de 23/08/2021.

6.4.1.3.No caso de produtos fabricados no exterior e cuja atividade de importação não esteja descrita nas FTEs do IBAMA, não é exigível o registro no CTF/APP. Nessa hipótese, recomenda-se que o fornecedor indique essa condição na proposta para que seja verificada pela Assessoria de Gestão Sustentável.

7.INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

7.1. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), em decorrência de melhor compreensão e identificação dos produtos e em consonância com o art. 41, inciso I, alínea "d", da Lei n. 14.133/2021:

a) Item 4: Exemplo 1: fabricante Intral, modelo BL-168HF 9W - exemplo 2: fabricante Osram, modelo LED Superstar Tubo T8 9W - exemplo 3: fabricante Philips CorePro LEDtube 600mm 9W 840 T8 C W G;

b) Item 5: Exemplo 1: Marca LEDVANCE, modelo LED ALTA POTENCIA 40W 6500K 4000lm BIV E27, LVCLAHO 40W/865 ou similar;

c) Item 6: Exemplo 1: Marca LEDVANCE, modelo LED ALTA POTENCIA 60W 6500K 6000lm BIV E40, LED HW VALUE 60 ou similar;

d) Item 7: Exemplo 1: Marca Intral/Aledis, Lâmpada LED Bulbo, modelo BULBO-A60 (códigos 03642G6 ou 03997G6 ou 03642), ou similar - Exemplo 2: Marca Philips, Lâmpada LED Bulbo, modelo Standard LEDBulb 9W E27 4000K W 1PF/40 BR, (código 929002037912), ou similar - Exemplo 3: Marca Osram, Lâmpada LED Bulbo, modelo LED CLASSIC A/840 8,5W 100-240V 50/60Hz (código 7016538), ou similar;

e) Item 8: Modelo de referência: LEDVANCE Floodlight 10W/850 ou similar;

f) Item 9: Modelo de referência: LEDVANCE Floodlight 30W/850 ou similar;

g) Item 10: exemplo 1: fabricante Lorenzetti, Soquete E-27, modelo Corpo Cônico 4A 1464D ou 1451-N ou 1451-FP, ou similar - exemplo 2: fabricante Morumbi, Soquete E-27, modelo 1464D, ou similar - exemplo 3: fabricante GI Eletro, Soquete E-27, modelo 1464D, ou similar - exemplo 4: fabricante InterNEED, soquete de porcelana RCI para plafon borne simples, códigos 013167 ou 002482 - exemplo 5: fabricante Foxlux, Bocal de Porc. p/ uso em Plafonier c/ Base E-27, modelo FX-09, código 40.09, ou similar.

7.1.1. Para a presente contratação, deverão ser entregues as marcas indicadas no Capítulo [2](#), ou similar, em decorrência da experiência da unidade demandante (SELET) em relação aos produtos disponíveis no mercado que possuem as características listadas nas descrições dos objetos, em consonância com o art. 41, inciso I, alínea "d", da Lei n. 14.133/2021.

8. SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será permitida a subcontratação do objeto contratual.

9. EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

9.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em decorrência de o objeto não possuir quantitativo, dimensões e especificações técnicas complexas que exijam a atuação de mais de uma empresa para fornecê-lo, assim como não exigem a junção de esforços de segmentos distintos destinados à sua produção. Trata-se de produto comumente comercializado por diversas empresas que atuam individualmente no mercado. Ademais, a experiência de licitações anteriores do mesmo objeto, em que não foi permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, foi bem-sucedida e competitiva, a exemplo dos Pregões 16/2023 ([3359437](#)) e 90056/2024 ([4054026](#)), entre outros.

10. FORMA DE ADJUDICAÇÃO

10.1. A adjudicação será realizada pelo critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, na modalidade de DISPENSA, sob a forma ELETRÔNICA.

11. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1. Como trata-se de compra com entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da nota de empenho, não serão exigidas:

1. documentações relativas à qualificação jurídica;
2. documentações relativas à qualificação técnica;
3. documentações relativas à qualificação econômico-financeira;
4. realização de vistoria/visita técnica;
5. apresentação de amostra e/ou realização teste de conformidade.

11.1.1. OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

11.1.1.1. Prova de atendimento aos requisitos estabelecidos no Capítulo [2](#), mediante apresentação de catálogo, folheto técnico ou site do fabricante com a comprovação das características técnicas para os itens 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

11.2. O fornecedor deverá apresentar a documentação de habilitação fiscal, social e trabalhista exigida no capítulo DA FASE DE HABILITAÇÃO do instrumento convocatório.

12. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA, no horário das 9h às 18h, no endereço: Sede do STJ, situada no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Bloco F, Prédio da Administração, Subsolo - Seção de Almoxarifado, Brasília-DF, CEP 70095-900, podendo entrar em contato pelos telefones (61) 3319-7562 /7572.

12.1.1. No interesse da Administração e mediante solicitação formal da Seção de Almoxarifado junto à empresa contratada, os materiais poderão ser entregues na Seção de Almoxarifado - Anexo de Apoio ao STJ, situada no Setor de Garagens Oficiais Norte - SGON, quadra 4, lote 5 - Bairro Setores Complementares - DF, CEP 70610-640, em frente à TERRACAP - Garagens e Fiscalização, telefones para contato (61) 3319-7562/7536, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h.

13. GARANTIA OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA

13.1. O prazo de garantia técnica dos materiais fornecidos, incluindo o da garantia legal, é de, no mínimo 12 (doze) meses para os itens 1, 6 e 10; no mínimo de 24 (vinte e quatro) meses para os itens 2, 3, 5, 8 e 9; e no mínimo de 36 (trinta e seis) meses para os itens 4 e 7; ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

13.1.1. o prazo acima será contado a partir:

13.1.1.1.do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo e integral do objeto, em se tratando de defeitos ou vícios aparentes ou de fácil constatação;

13.1.1.2.da data em que ficaram evidenciados os defeitos ou vícios ocultos.

13.1.2.Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao prazo mínimo estabelecido no item anterior, o fornecedor deverá complementar a garantia dos materiais ofertados pelo período restante.

13.1.3.O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, aceita pelo CONTRATANTE.

13.1.4.Uma vez notificada, a CONTRATADA realizará o reparo, que poderá ocorrer por meio de assistência técnica autorizada, ou realizará a substituição dos produtos que apresentarem vício ou defeito de fabricação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da sua notificação.

13.1.5.Por se tratar de material estocável, a garantia será prestada com vistas a assegurar a substituição dos produtos que apresentarem vício ou defeito de fabricação que será constatado somente quando for disponibilizado para uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

13.1.6.A garantia legal do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado na vigência desta contratação, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14.1.A avaliação da execução do objeto consiste na verificação da sua conformidade com a especificação, o quantitativo e os prazos estabelecidos neste termo de referência e na proposta da CONTRATADA.

15. RECEBIMENTO DO OBJETO

- 15.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal técnico da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 15.2. O objeto será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório, por gestor designado pelo secretário de Administração do STJ, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 15.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 15.4. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 15.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n. 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para, se for o caso, cancelar a Nota Fiscal encaminhada junto com os bens e emitir a Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 15.6. O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela equipe de fiscalização durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 15.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da contratação.

16. FATURAMENTO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

16.1. LIQUIDAÇÃO

16.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente e, se for o caso, os demais documentos exigidos para o recebimento do objeto, ocorrerá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME n. 77/2022](#).

16.1.1.1. No prazo de que trata o caput estão computados os prazos de recebimento do objeto estabelecidos nos itens [15.1](#) e [15.2](#) deste documento.

16.1.1.2. O prazo de que trata o caput será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da [Lei n. 14.133, de 2021](#).

16.1.2. Para fins de liquidação, o gestor encaminhará o processo de pagamento à Secretaria de Orçamento e Finanças, que será responsável por verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados da contratação e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução da contratação;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o processo de pagamento será restituído ao gestor, o qual manterá a nota fiscal sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

16.1.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. [art. 68 da Lei n. 14.133, de 2021.](#)

16.1.5. A Administração verificará as Certidões Negativas de Débito da Receita Federal, de Regularidade do FGTS e a Negativa Trabalhista e a existência de ocorrências impeditivas diretas no SIAFI, todos requisitos relacionados à manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação.

16.1.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, o gestor providenciará sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do gestor.

16.1.7. Persistindo a irregularidade, o gestor comunicará a Secretaria de Administração para que sejam adotadas as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.1.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da contratação, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.2. PRAZO DE PAGAMENTO

16.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior, e do recebimento dos autos na seção responsável pela emissão dos documentos de pagamento no SIAFI.

16.2.2. O inadimplemento do pagamento na data aprazada, conforme disposto no subitem anterior, desde que motivado pelo CONTRATANTE, acarretará a atualização monetária do valor devido à contratada, calculada *pro rata tempore*, até a data do efetivo pagamento, com base no último percentual divulgado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

16.3. FORMA DE PAGAMENTO

16.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

16.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.3.4. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Além de cumprir as condições estabelecidas neste termo de referência, a CONTRATADA deverá:

17.1.1. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei n. 8.078, de 1990](#));

17.1.2. atender às determinações regulares emitidas pelo contratante (art. 137, II, da Lei n. 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por ele solicitados;

17.1.3. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado neste termo de referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

17.1.4. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução da contratação pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;

17.1.5. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n. 14.133, de 2021 ;

17.1.6. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

17.1.7. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

18. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1. Além de exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, deverá o CONTRATANTE:

18.1.1. proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE, observadas as normas de segurança institucional do Tribunal;

18.1.2. emitir decisão sobre reajustamento de preços e reequilíbrio econômico-financeiro, respectivamente, nos prazos de 39 e de 76 dias úteis, e sobre as demais solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, no prazo de noventa dias corridos, todos os prazos a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da contratação;

18.1.2.1. Os referidos prazos ficarão suspensos enquanto a contratada não cumprir as diligências do CONTRATANTE.

18.1.3. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

18.1.4. notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para ser por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

18.1.5. acompanhar e fiscalizar a execução da contratação e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADA;

18.1.6. efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor incontroverso correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo de referência;

18.1.7.aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei, no instrumento convocatório e neste termo de referência;

18.1.8.cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela contratada.

19.INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1.Sem prejuízo da incidência de outras disposições previstas no instrumento convocatório, na hipótese de falha na execução da contratação, a CONTRATADA fica sujeita à:

19.1.1.**Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, caso não se justifique a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021.

19.1.2.**Multa moratória:**

19.1.2.1.de **0,5%** por dia de atraso na entrega do objeto contratado, da assistência técnica no período de garantia e da substituição do produto defeituoso dentro do período de validade/garantia, se cabível, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto neste termo de referência, até o limite de trinta dias;

19.1.2.2.A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da contratação com a aplicação cumulada de outras sanções previstas.

19.1.3.**Multa compensatória:**

19.1.3.1. de **20%** sobre o **valor da parcela não cumprida**, no caso de inexecução parcial do objeto, caso haja interesse do CONTRATANTE na continuidade da execução da contratação, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total da contratação, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021;

19.1.3.2. d e **20%** sobre o **valor total da contratação**, no caso de **inexecução parcial ou total do objeto**, caso não haja interesse do **CONTRATANTE** na continuidade da execução da contratação em razão de descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das condições avençadas, o que ensejará a extinção da contratação, conforme dispõe o inciso I do art. 138 da Lei n. 14.133, de 2021.

20. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

20.1. Esta contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

20.2. As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

20.3. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

20.4. A equipe de gestão do CONTRATANTE será composta por gestor e fiscal técnico designados pelo Secretário de Administração do STJ, por meio da Portaria STJ/SAD n. 128 de 4 de julho de 2023 ([3578482](#)), os quais adotarão as orientações do Manual de Fiscalização e Gestão de Contratos do STJ.

20.5. GESTOR

20.5.1.O gestor coordenará a fiscalização da execução desta contratação, da avaliação da qualidade e dos resultados obtidos, bem como do registro de informações atualizadas que viabilizem a tomada de decisão para a formalização dos procedimentos de prorrogação, reequilíbrio, alteração, pagamento, aplicação de eventuais sanções e extinção da contratação.

20.5.2.Caberá ao gestor, além das demais atribuições estabelecidas no Manual de Fiscalização e Gestão de Contratos do STJ:

20.5.2.1.emitir ordem de serviço/fornecimento e solicitar à contratada a correção de pendências constatadas na execução da contratação;

20.5.2.2. avaliar eventuais atrasos nos prazos de entrega ou ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto contratado e submetê-las à autoridade superior para deliberação;

20.5.2.3.zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado sob sua supervisão e, sempre que requerido, submeter previamente à deliberação da Secretaria de Administração pedido de modificação/alteração de fornecimento de material, que deverá ser encaminhado com a justificativa da contratada, mediante apresentação de documento comprobatório dos fatos alegados, e a manifestação do gestor;

20.5.2.4.devolver, mediante justificativa e notificação formal, nota fiscal apresentada pela contratada quando for observada irregularidade que inviabilize o ateste e pagamento do serviço/fornecimento prestado;

20.5.2.5.acompanhar os resultados alcançados em relação à execução contratual para receber e atestar as notas fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento, após conferência completa da documentação exigida;

20.5.2.6.acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

20.5.2.7.informar à Secretaria de Administração, tempestivamente, o descumprimento contratual por parte da contratada e sugerir a aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e neste termo de referência, conforme orientações contidas na Instrução Normativa STJ/GDG n. 10/2023;

20.5.2.8.confeccionar e assinar o termo de recebimento definitivo, com base nas informações produzidas no recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo estabelecido neste termo de referência;

20.5.2.9.elaborar o relatório final para divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

20.6.FISCAL TÉCNICO

20.6.1.O fiscal técnico realizará o acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação em seus aspectos técnicos, a quem caberá, além das demais atribuições estabelecidas no Manual de Fiscalização e Gestão de Contratos do STJ:

20.6.1.1.verificar se, na execução do objeto, a especificação, o valor unitário ou total, a quantidade e os prazos estão de acordo com o estabelecido neste termo de referência;

20.6.1.2.anotar em processo específico, quando autuado para esse fim, todas as ocorrências relativas à execução do objeto, com a indicação do que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

20.6.1.3.registrar e informar ao gestor as atividades desempenhadas e todas as pendências constatadas na execução da contratação;

20.6.1.4.confeccionar e assinar o termo de recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico referente às aquisições, de acordo com as regras deste termo de referência;

20.6.1.5.informar ao gestor sobre eventual incapacidade técnica da empresa na execução contratual;

20.6.1.6.propor ao gestor, na hipótese de descumprimento contratual, a aplicação de sanções à contratada, de acordo com as regras estabelecidas no ato convocatório e neste termo de referência, observando os procedimentos estabelecidos na Instrução Normativa STJ/GDG n. 10/2023;

20.6.1.7.auxiliar o gestor da contratação com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pela contratada.

21.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1.As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados ao Superior Tribunal de Justiça no Orçamento Geral da União.

21.2.A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- i. Gestão/Unidade: **50001**;
- ii. Fonte de Recursos: **100000000**;
- iii. Programa de Trabalho: **02.061.0033.4236.0001**;
- iv. Natureza de Despesa: **33.90.30**.

21.3.A existência de créditos orçamentários vinculados à contratação será atestada pelo STJ a cada exercício financeiro.

22.VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

22.1.O valor total da despesa foi estimado em R\$ 51.922,00 (cinquenta e um mil, novecentos e vinte e dois reais), com base em pesquisa de preços, conforme documento [5838193](#) e descrição abaixo:

Item	Especificação do objeto	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	DRIVER PARA LUMINARIA LED	100	R\$ 20,25	R\$ 2.025,00
02	LUMINÁRIA CIRCULAR DE EMBUTIR, TIPO PAINEL LED, 12W DIÂMETRO EXTERNO APROXIMADO 17 CM	20	R\$ 44,03	R\$ 880,60
03	LUMINÁRIA CIRCULAR DE EMBUTIR, TIPO PAINEL LED, 18W DIÂMETRO EXTERNO APROXIMADO 22 CM	70	R\$ 61,84	R\$ 4.328,80
04	LÂMPADA LED, FORMATO T8, COMPRIMENTO 600MM	1200	R\$ 12,00	R\$ 14.400,00
05	LÂMPADA LED DE ALTA POTÊNCIA, TIPO BULBO, 40 W	70	R\$ 84,50	R\$ 5.915,00
06	LÂMPADA LED DE ALTA POTÊNCIA, TIPO BULBO, 60 W	50	R\$ 91,10	R\$ 4.555,00
07	LÂMPADA LED, FORMATO BULBO INCANDESCENTE, BASE E27	1760	R\$ 9,53	R\$ 16.772,80
08	REFLETOR LED, 10 W	10	R\$ 90,06	R\$ 900,60
09	REFLETOR LED, 30 W	10	R\$ 158,62	R\$ 1.586,20
10	SOQUETE PARA LÂMPADA INCANDESCENTE, BASE E-27, COM TERMINAIS DE LIGAÇÃO EMBUTIDOS.	180	R\$ 3,10	R\$ 558,00
Valor Total				R\$ 51.922,00

ANEXO II DO AVISO DE DISPENSA - ESTIMATIVA DE PREÇOS

Razão Social -		CNPJ -	
CNPJ do estabelecimento responsável pelo faturamento dos serviços:			
Endereço -			
Telefone -		Fax -	
email -			
Banco -	Agência -		Conta -
Validade da Proposta -			
Prazo de entrega -		Garantia -	

Descrição do Material/Serviço	Unidade	Quantidade	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Valor Total
Item: 1 Código: (18406) DRIVER PARA LUMINARIA LED, - Faixa de Potência 20W a 24W (ou faixa maior); - Tensão de Entrada: AC 100-245V (ou faixa maior); - Tensão Máxima de Saída: DC 92V ou menor; - Corrente constante de saída: 300mA +- 5%; - Frequência: 60Hz;	unidade	100		20,25	2.025,00

- Plugue de saída: P4; - obs: comprovar características técnicas através de catálogo, folheto técnico ou site do fabricante. - Execução do objeto: Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA. - Local de entrega: No horário das 9h às 18h, no endereço: Sede do STJ, situada no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Bloco F, Prédio da Administração, Subsolo - Seção de Almojarifado, Brasília-DF, CEP 70095-900, podendo entrar em contato pelos telefones (61) 3319-7562 /7572. - No interesse da Administração e mediante solicitação formal da Seção de Almojarifado junto à empresa contratada, os materiais poderão ser entregues na Seção de Almojarifado - Anexo de Apoio ao STJ, situada no Setor de Garagens Oficiais Norte - SGON, quadra 4, lote 5 - Bairro Setores Complementares - DF, CEP 70610-640, em frente à TERRACAP - Garagens e Fiscalização, telefones para contato (61) 3319-7562/7536, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. - Garantia: O prazo de garantia técnica dos materiais fornecidos, incluindo o da garantia legal, é de, no mínimo 12 (doze)					
---	--	--	--	--	--

meses. - Observações: - As condições constantes do Termo de Referência e da proposta comercial apresentada pelo contratado fazem parte deste documento, independentemente de transcrição.					
Item: 2 Código: (19461) LUMINÁRIA CIRCULAR DE EMBUTIR, TIPO PAINEL LED, 12W DIÂMETRO EXTERNO APROXIMADO 17 CM, - Tecnologia LED; - Tipo "painel flat" circular; - Difusor em acrílico antiofuscante; - Moldura e corpo em alumínio com acabamento na cor branca; - Diâmetro externo entre 16,7 e 18cm e diâmetro do corte para instalação de no máximo 15,5 cm; - A diferença entre o diâmetro externo e o diâmetro do corte deve ser de no mínimo 1,2 cm; - Intensidade luminosa mínima de 700 lúmens e máxima de 1000 lúmens; - Temperatura de cor 4.000K (+ ou - 250K); - IRC mínimo: 75; - Ângulo de abertura do fecho maior ou igual a 100°;	unidade	20		44,03	880,60

- Eficiência mínima de 75 lm/W, 220 volts/60Hz; - Vida útil mínima 25.000 horas @L70; - Garantia: mínima de 02 anos. - obs: comprovar características técnicas através de catálogo, folheto técnico ou site do fabricante. , exemplo 1: Marca Ledvance, modelo: Panel Led Embutir 12W 4000K Bivolt Redondo 7014191 - Execução do objeto: Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA. - Local de entrega: No horário das 9h às 18h, no endereço: Sede do STJ, situada no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Bloco F, Prédio da Administração, Subsolo - Seção de Almoxarifado, Brasília-DF, CEP 70095-900, podendo entrar em contato pelos telefones (61) 3319-7562 /7572. - No interesse da Administração e mediante solicitação formal da Seção de Almoxarifado junto à empresa contratada, os materiais poderão ser entregues na Seção de Almoxarifado - Anexo de Apoio ao STJ, situada no Setor de Garagens Oficiais Norte -					
--	--	--	--	--	--

SGON, quadra 4, lote 5 - Bairro Setores Complementares - DF, CEP 70610-640, em frente à TERRACAP - Garagens e Fiscalização, telefones para contato (61) 3319-7562/7536, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. - Garantia: O prazo de garantia técnica dos materiais fornecidos, incluindo o da garantia legal, é de, no mínimo de 24 (vinte e quatro) meses. - Observações: - As condições constantes do Termo de Referência e da proposta comercial apresentada pelo contratado fazem parte deste documento, independentemente de transcrição.					
Item: 3 Código: (19462) LUMINÁRIA CIRCULAR DE EMBUTIR, TIPO PAINEL LED,18W DIÂMETRO EXTERNO APROXIMADO 22 CM, - Tecnologia LED; - Tipo "painel flat" circular; - Difusor em acrílico antiofuscante; - Moldura e corpo em alumínio com acabamento na cor branca; - Diâmetro externo entre 21,7 e 23cm e diâmetro do corte para instalação de no máximo 20,5 cm; - A diferença entre o diâmetro externo e	unidade	70		61,84	4.328,80

o diâmetro do corte deve ser de no mínimo 1,2 cm;

- Intensidade luminosa mínima de 1400 lúmens e máxima de 1600 lúmens;

- Temperatura de cor 4.000K (+ ou - 250K);

- IRC mínimo: 75;

- Ângulo de abertura do fecho maior ou igual a 100°;

- Eficiência mínima de 75 lm/W, 220 volts/60Hz;

- Vida útil mínima 25.000 horas @L70;

- Garantia: mínima de 02 anos.

- obs: comprovar características técnicas através de catálogo, folheto técnico ou site do fabricante.,

- exemplo 1: Marca Ledvance, modelo: Panel Led Embutir Redondo 18W 4000K 22,5Cm 7014197

- Execução do objeto: Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA.

- Local de entrega: No horário das 9h às 18h, no endereço: Sede do STJ, situada no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Bloco F, Prédio da Administração, Subsolo - Seção de Almocharifado, Brasília-DF, CEP 70095-900, podendo entrar em contato pelos

telefones (61) 3319-7562 /7572. - No interesse da Administração e mediante solicitação formal da Seção de Almoxarifado junto à empresa contratada, os materiais poderão ser entregues na Seção de Almoxarifado - Anexo de Apoio ao STJ, situada no Setor de Garagens Oficiais Norte - SGON, quadra 4, lote 5 - Bairro Setores Complementares - DF, CEP 70610-640, em frente à TERRACAP - Garagens e Fiscalização, telefones para contato (61) 3319-7562/7536, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. - Garantia: O prazo de garantia técnica dos materiais fornecidos, incluindo o da garantia legal, é de, no mínimo de 24 (vinte e quatro) meses. - Observações: - As condições constantes do Termo de Referência e da proposta comercial apresentada pelo contratado fazem parte deste documento, independentemente de transcrição.					
Item: 4 Código: (17607) LÂMPADA LED, FORMATO T8, COMPRIMENTO 600MM , BASE G13, - Lente translúcida para impedir	unidade	1200		12,00	14.400,00

ofuscamento e a visualização direta do led; - Base G13; - Comprimento 600mm - Diâmetro máximo de 34mm; - Fluxo luminoso mínimo de 900lm; - Temperatura de cor 4.000K (tolerância de -200K a +500K); - Eficiência energética mínima de 100 lm/W; - Ângulo de abertura do fecho entre 120° e 200° (plano transversal); - Driver embutido; - Potência máxima 11W; - Tensão de funcionamento 127 a 220 volts- 60Hz; - Fator de potência mínimo 0,9; - Temperatura de Operação -10°C a + 40°C; - Índice Geral de Reprodução de Cor (IRC) maior ou igual a 80; - Vida útil mínima - 25.000 horas a L70, conforme IES LM-80 ; - Quantidade mínima de ciclos (liga/desliga): 12.500 - Conexão elétrica para acionamento em uma das extremidades - Garantia: mínima de 03 anos.						
--	--	--	--	--	--	--

O tuboled deverá ter em seu corpo a marcação legível das seguintes características: - Marca de origem; - Faixa de tensão de trabalho em Volts; - Potência nominal em Watts; - Frequência nominal em Hertz; - Fluxo luminoso em Lúmens; - Temperatura de cor em Kelvin; - exemplo 1: fabricante Intral, modelo BL-168HF 9W - exemplo 2: fabricante Osram, modelo LED Superstar Tubo T8 9W - exemplo 3: fabricante Philips CorePro LEDtube 600mm 9W 840 T8 C W G, - Execução do objeto: Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA. - Local de entrega: No horário das 9h às 18h, no endereço: Sede do STJ, situada no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Bloco F, Prédio da Administração, Subsolo - Seção de Almoxarifado, Brasília-DF, CEP 70095-900, podendo entrar em contato pelos telefones (61) 3319-7562 /7572.					
---	--	--	--	--	--

- No interesse da Administração e mediante solicitação formal da Seção de Almoxarifado junto à empresa contratada, os materiais poderão ser entregues na Seção de Almoxarifado - Anexo de Apoio ao STJ, situada no Setor de Garagens Oficiais Norte - SGON, quadra 4, lote 5 - Bairro Setores Complementares - DF, CEP 70610-640, em frente à TERRACAP - Garagens e Fiscalização, telefones para contato (61) 3319-7562/7536, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. - Garantia: O prazo de garantia técnica dos materiais fornecidos, incluindo o da garantia legal, é de, no mínimo de 36 (trinta e seis) meses. - Observações: - As condições constantes do Termo de Referência e da proposta comercial apresentada pelo contratado fazem parte deste documento, independentemente de transcrição.					
Item: 5 Código: (19584) LÂMPADA LED DE ALTA POTÊNCIA, TIPO BULBO, 40 W , - Potência nominal entre 40 e 45 Watts; - Base E27 ou E40; - Temperatura de cor entre 6000K e 6500K;	unidade	70		84,50	5.915,00

- Fluxo luminoso mínimo de 3600 lúmens; - Potência máxima 45 watts; - Eficiência mínima: 90 lm/W; - Tensão de operação automática 127V a 220V (60Hz) ou faixa maior; - Vida útil mínima de 25.000 horas; - Garantia: mínimo 02 anos. - exemplo 1: Marca LEDVANCE, modelo LED ALTA POTENCIA 40W 6500K 4000lm BIV E27, LVCLAHO 40W/865 ou similar. - obs: comprovar características técnicas através de catálogo, folheto técnico ou site do fabricante. - Execução do objeto: Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA. - Local de entrega: No horário das 9h às 18h, no endereço: Sede do STJ, situada no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Bloco F, Prédio da Administração, Subsolo - Seção de Almoxarifado, Brasília-DF, CEP 70095-900, podendo entrar em contato pelos telefones (61) 3319-7562 /7572.					
---	--	--	--	--	--

- No interesse da Administração e mediante solicitação formal da Seção de Almoxarifado junto à empresa contratada, os materiais poderão ser entregues na Seção de Almoxarifado - Anexo de Apoio ao STJ, situada no Setor de Garagens Oficiais Norte - SGON, quadra 4, lote 5 - Bairro Setores Complementares - DF, CEP 70610-640, em frente à TERRACAP - Garagens e Fiscalização, telefones para contato (61) 3319-7562/7536, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. - Garantia: O prazo de garantia técnica dos materiais fornecidos, incluindo o da garantia legal, é de, no mínimo de 24 (vinte e quatro) meses. - Observações: - As condições constantes do Termo de Referência e da proposta comercial apresentada pelo contratado fazem parte deste documento, independentemente de transcrição.					
Item: 6 Código: (19585) LÂMPADA LED DE ALTA POTÊNCIA, TIPO BULBO, 60 W - Potência nominal entre 60W e 65W; - Base E27 ou E40; - Temperatura de cor entre 6000K e 6500K;	unidade	50		91,10	4.555,00

- Fluxo luminoso mínimo de 5400 lúmens; - Potência máxima 65 watts; - Eficiência mínima: 90 lm/W; - Tensão de operação automática 127V a 220V (60Hz) ou faixa maior; - Vida útil mínima de 15.000 horas; - Garantia: mínimo 01 ano. - exemplo 1: Marca LEDVANCE, modelo LED ALTA POTENCIA 60W 6500K 6000lm BIV E40, LED HW VALUE 60 ou similar. - obs: comprovar características técnicas através de catálogo, folheto técnico ou site do fabricante. - Execução do objeto: Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA. - Local de entrega: No horário das 9h às 18h, no endereço: Sede do STJ, situada no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Bloco F, Prédio da Administração, Subsolo - Seção de Almoxarifado, Brasília-DF, CEP 70095-900, podendo entrar em contato pelos telefones (61) 3319-7562 /7572.					
--	--	--	--	--	--

- No interesse da Administração e mediante solicitação formal da Seção de Almoxarifado junto à empresa contratada, os materiais poderão ser entregues na Seção de Almoxarifado - Anexo de Apoio ao STJ, situada no Setor de Garagens Oficiais Norte - SGON, quadra 4, lote 5 - Bairro Setores Complementares - DF, CEP 70610-640, em frente à TERRACAP - Garagens e Fiscalização, telefones para contato (61) 3319-7562/7536, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. - Garantia: O prazo de garantia técnica dos materiais fornecidos, incluindo o da garantia legal, é de, no mínimo 12 (doze) meses. - Observações: - As condições constantes do Termo de Referência e da proposta comercial apresentada pelo contratado fazem parte deste documento, independentemente de transcrição.					
Item: 7 Código: (17609) LÂMPADA LED, FORMATO BULBO INCANDESCENTE, BASE E27, - Bulbo: A55 ou A60 - Base: E27 - Temperatura de cor: 4000K (branco neutro) - Fluxo luminoso mínimo: 800 lúmens	unidade	1760		9,53	16.772,80

- Eficiência luminosa mínima: 85 lúmens/watt - Potência máxima: 10 watts - IRC: 80 ou maior - Ângulo mínimo do fecho: 170º - Tensão de operação: 220v ou bivolt automática (60hz); - Vida útil mínima de 25.000 horas - Certificada pelo INMETRO. - Obs1: Não será aceita lâmpada com temperatura de cor fora da faixa especificada - Obs2: Dados técnicos deverão ser comprovados por catálogo ou site do fabricante. - Exemplo 1: Marca Intral/Aledis , Lâmpada LED Bulbo, modelo BULBO-A60 (códigos 03642G6 ou 03997G6 ou 03642), ou similar - Exemplo 2: Marca Philips, Lâmpada LED Bulbo, modelo Standard LEDBulb 9W E27 4000K W 1PF/40 BR, (código 929002037912), ou similar - Exemplo 3: Marca Osram, Lâmpada LED Bulbo, modelo LED					
---	--	--	--	--	--

CLASSIC A/840 8,5W 100-240V 50/60Hz (código 7016538), ou similar. - Execução do objeto: Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA. - Local de entrega: No horário das 9h às 18h, no endereço: Sede do STJ, situada no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Bloco F, Prédio da Administração, Subsolo - Seção de Almoxarifado, Brasília-DF, CEP 70095-900, podendo entrar em contato pelos telefones (61) 3319-7562 /7572. - No interesse da Administração e mediante solicitação formal da Seção de Almoxarifado junto à empresa contratada, os materiais poderão ser entregues na Seção de Almoxarifado - Anexo de Apoio ao STJ, situada no Setor de Garagens Oficiais Norte - SGON, quadra 4, lote 5 - Bairro Setores Complementares - DF, CEP 70610-640, em frente à TERRACAP - Garagens e Fiscalização, telefones para contato (61) 3319-7562/7536, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. - Garantia: O prazo de garantia técnica dos materiais fornecidos, incluindo o da garantia legal, é de, no mínimo de 36 (trinta e seis) meses.					
--	--	--	--	--	--

- Observações: - As condições constantes do Termo de Referência e da proposta comercial apresentada pelo contratado fazem parte deste documento, independentemente de transcrição.					
Item: 8 Código: (19581) REFLETOR LED, 10 W, - Potência nominal 10 W; - Temperatura de cor 5000K; - Fluxo luminoso mínimo de 800 lúmens; - IRC 80 ou maior; - Ângulo mínimo do fecho 100°; - Fator de potência maior ou igual a 0,9; - Tensão de operação automática 127V a 220V (60Hz) ou faixa maior; - Vida útil mínima de 30.000 horas; - Grau de proteção IP65; - Grau contra impacto mecânico IK07; - Pintura na cor preta; - Garantia: mínimo 02 anos. - exemplo 1: LEDVANCE Floodlight 10W/850 ou similar.	unidade	10		90,06	900,60

- obs: comprovar características técnicas através de catálogo, folheto técnico ou site do fabricante.

- Execução do objeto: Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA.

- Local de entrega: No horário das 9h às 18h, no endereço: Sede do STJ, situada no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Bloco F, Prédio da Administração, Subsolo - Seção de Almocharifado, Brasília-DF, CEP 70095-900, podendo entrar em contato pelos telefones (61) 3319-7562 /7572.

- No interesse da Administração e mediante solicitação formal da Seção de Almocharifado junto à empresa contratada, os materiais poderão ser entregues na Seção de Almocharifado - Anexo de Apoio ao STJ, situada no Setor de Garagens Oficiais Norte - SGON, quadra 4, lote 5 - Bairro Setores Complementares - DF, CEP 70610-640, em frente à TERRACAP - Garagens e Fiscalização, telefones para contato (61) 3319-7562/7536, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h.

- Garantia: O prazo de garantia técnica dos materiais fornecidos, incluindo o da garantia legal, é de, no mínimo de 36

(trinta e seis) meses.					
- Observações: - As condições constantes do Termo de Referência e da proposta comercial apresentada pelo contratado fazem parte deste documento, independentemente de transcrição.					
Item: 9 Código: (19582) REFLETOR LED, 30 W, - Potência nominal 30 W; - Temperatura de cor 5000K; - Fluxo luminoso mínimo de 2700 lúmens; - IRC 80 ou maior; - Ângulo mínimo do fecho 100°; - Fator de potência maior ou igual a 0,9; - Tensão de operação automática 127V a 220V (60Hz) ou faixa maior; - Vida útil mínima de 30.000 horas; - Grau de proteção IP65; - Grau contra impacto mecânico IK07; - Pintura na cor preta; - Garantia: mínimo 02 anos. - exemplo 1: LEDVANCE Floodlight 30W/850 ou similar.	unidade	10		158,62	1.586,20

- obs: comprovar características técnicas através de catálogo, folheto técnico ou site do fabricante.

- Execução do objeto: Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA.

- Local de entrega: No horário das 9h às 18h, no endereço: Sede do STJ, situada no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Bloco F, Prédio da Administração, Subsolo - Seção de Almojarifado, Brasília-DF, CEP 70095-900, podendo entrar em contato pelos telefones (61) 3319-7562 /7572.

- No interesse da Administração e mediante solicitação formal da Seção de Almojarifado junto à empresa contratada, os materiais poderão ser entregues na Seção de Almojarifado - Anexo de Apoio ao STJ, situada no Setor de Garagens Oficiais Norte - SGON, quadra 4, lote 5 - Bairro Setores Complementares - DF, CEP 70610-640, em frente à TERRACAP - Garagens e Fiscalização, telefones para contato (61) 3319-7562/7536, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h.

- Garantia: O prazo de garantia técnica dos materiais fornecidos, incluindo o da garantia legal, é de, no mínimo de 24

(vinte e quatro) meses. - Observações: - As condições constantes do Termo de Referência e da proposta comercial apresentada pelo contratado fazem parte deste documento, independentemente de transcrição.					
Item: 10 Código: (2263) SOQUETE PARA LÂMPADA INCANDESCENTE, BASE E-27, COM TERMINAIS DE LIGAÇÃO EMBUTIDOS., - sinônimos: receptáculo, soquete, bocal; - base cônica - tipo reforçado; - material: porcelana branca; - terminais de ligação embutidos; - base: E-27; - corrente/tensão nominal: 4A, 250V; - obedecer à norma ABNT NBR 8346/2012. - exemplo 1: fabricante Lorenzetti, Soquete E-27, modelo Corpo Cônico 4A 1464D ou 1451-N ou 1451-FP, ou similar. - exemplo 2: fabricante Morumbi, Soquete E-27, modelo 1464D, ou similar. - exemplo 3: fabricante GI Eletro, Soquete E-27, modelo 1464D, ou similar.	unidade	180		3,10	558,00

- exemplo 4: fabricante InterNEED, soquete de porcelana RCI para plafon borne simples, códigos 013167 ou 002482. - exemplo 5: fabricante Foxlux, Bocal de Porc. p/ uso em Plafonier c/ Base E-27, modelo FX-09, código 40.09, ou similar. - obs: comprovar características técnicas através de catálogo, folheto técnico ou site do fabricante. - Execução do objeto: Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA. - Local de entrega: No horário das 9h às 18h, no endereço: Sede do STJ, situada no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Bloco F, Prédio da Administração, Subsolo - Seção de Almoxarifado, Brasília-DF, CEP 70095-900, podendo entrar em contato pelos telefones (61) 3319-7562 /7572. - No interesse da Administração e mediante solicitação formal da Seção de Almoxarifado junto à empresa contratada, os materiais poderão ser entregues na Seção de Almoxarifado - Anexo de Apoio ao STJ, situada no Setor de Garagens Oficiais Norte - SGON, quadra 4, lote 5 - Bairro Setores Complementares - DF, CEP 70610-640, em frente à TERRACAP - Garagens e					
--	--	--	--	--	--

Fiscalização, telefones para contato (61) 3319-7562/7536, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. - Garantia: O prazo de garantia técnica dos materiais fornecidos, incluindo o da garantia legal, é de, no mínimo 12 (doze) meses. - Observações: - As condições constantes do Termo de Referência e da proposta comercial apresentada pelo contratado fazem parte deste documento, independentemente de transcrição.					
---	--	--	--	--	--

Valor Total Estimado: R\$ 51.922,00 (cinquenta e um mil, novecentos e vinte e dois reais)

DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA E DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

I - Declaro, para fins de participação na Dispensa eletrônica n. 90053/2024, que (empresa), CNPJ_____, não incide no impedimento de contratação previsto no inciso IV do art. 14 da Lei n. 14.133/2021 e nem nas vedações do inciso XI do art. 18 da Lei n. 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (LDO de 2024).

II - Declaro também que _____ (a empresa) não possui, em seu quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros, bem como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e de assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da dispensa eletrônica do órgão celebrante, nos termos da Resolução CNJ n. 7/2005, com a redação que lhe fora conferida pela Resolução CNJ n. 229/2016, nem possui relação de parentesco entre o administrador e sócio com poder de direção do fornecedor com o detentor de cargo em comissão e função de confiança que atue na área responsável pela demanda e autoridade hierarquicamente superior, conforme previsto no art. 5º do Decreto n. 9.507/2018.

DO CONHECIMENTO DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE DO STJ

III - Declaro que a empresa _____, CNPJ_____ possui conhecimento da política de sustentabilidade do STJ, e que tem o compromisso em atender, se aplicáveis ao objeto desta dispensa eletrônica, os requisitos legais e os definidos na [Instrução Normativa STJ/GDG n. 4 de 16 de janeiro de 2024](#).

IV - Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem que utilize materiais reciclados ou recicláveis, com o menor volume possível, porém com garantia de proteção durante o transporte e o armazenamento, conforme INSLTI/MPOG n. 1/2010.

Brasília, _____ de _____ de 20__.

CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL/REPRESENTANTE DA EMPRESA

Nome legível _____



Documento assinado eletronicamente por **Rui Moreira de Oliveira, Secretário de Administração**, em 29/10/2024, às 18:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5877391** e o código CRC **C40E4DCE**.